

A Babel feliz «Babelix, Babelux [...] ex Babele Lux»¹

Paolo Fabbri

Introdução, tradução e notas de Rita Ciotto Neves*, José Manuel Lopes**

Paolo Fabbri, nascido em Rimini, a 17 de Abril de 1939, é um dos semiólogos mais importantes no panorama académico italiano. Actualmente é o Director do DAMS na Universidade de Bolonha, onde é também docente da cadeira de Semiótica da Arte. Ensinou nas Universidades de Florença, Urbino e Palermo, assim como na École des Hautes Études en Science Sociales, em Paris; na Universidade da Sorbonne e no Collège International de Philosophie; na Universidade da Califórnia em São Diego; assim como noutros países, tais como: Austrália, Canadá, Espanha, Brasil e Argentina. Foi fundador do Centro de Semiótica de Urbino e foi um dos principais colaboradores de A. J. Greimas, em Paris, onde dirigiu, igualmente, o Instituto Italiano de Cultura. Desenvolveu uma intensa actividade nacional e internacional através de numerosas publicações e actividades de pesquisa. Presentemente, é o representante italiano na International Association of Semiotic Studies.

Da sua extensa lista de publicações, gostaríamos de realçar os seguintes livros: Abbozzi per una finzione della cura [Esboços para uma Ficção da Cura] (1995), La Svolta Semiotica [A Viragem Semiótica] (1998), Elogio di Babele [O Elogio de Babel] (2000), Semiotica in nuce [O Advento da Semiótica] (2000). Fabbri também participou em inúmeras conferências e colóquios e escreveu um grande número de artigos sobre as várias áreas da semiótica.

No livro Elogio di Babele, de onde se retira a presente tradução, o autor pretende «traduzir» alguns momentos da actualidade segundo uma perspectiva de Comunicação. Babel é vista como uma metáfora do lugar que permitiu a comunicação e a tradução entre as mais diversas línguas.

* Directora da Área de Línguas e Culturas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

** Professor e investigador na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

O pensamento mais inovador de Paolo Fabbri está bem representado numa das suas obras mais importantes, *La svolta semiotica*, onde o autor distingue duas vertentes na semiótica contemporânea: 1) A semiótica representada por Saussure e Barthes (a semiótica neo-humanista) e 2) a semiótica representada por Pierce e Eco que ele designa de «semiótica científica». A primeira estaria do lado de uma crítica da ideologia dominante e a segunda representaria uma história estrutural do signo. Fabbri não opta nem por uma nem por outra destas vertentes, mas considera que o objectivo mais importante da semiótica é o de concentrar-se nos mecanismos da significação, isto é, a semiótica deverá ser vista como um *Organon*, como uma «caixa de ferramentas» ao serviço de todas as ciências sociais, porém, sempre através de uma análise textual, entendendo-se como texto, todos os objectos com significado social e culturalmente pertinentes, como por exemplo, obras escritas, pinturas, monumentos, filmes, mitos, modas, códigos jurídicos, etc.

Esta posição tem-no confrontado, muitas vezes, com as teorias de Umberto Eco. Segundo Fabbri não podemos continuar a pensar na semiótica apenas como um estudo da linguagem oral ou escrita, mas deveremos alargar esse estudo a outros tipos de textos, tais como, por exemplo, os Estudos Antropológicos e/ou Sociais, e sobretudo aos textos icónicos. Gostaríamos de finalizar esta pequena introdução com uma frase de Roland Barthes que, para Fabbri, ilustra bem o lugar actual da semiótica: «Quando um discurso, pela sua própria força, acaba por derivar para o não-actual, subtrai-se a qualquer forma de gregarismo e pode tornar-se no lugar, apesar de exíguo, de uma afirmação.»

Gostaria de começar citando um acto de tradução e de heresia. Em Siena, nos inícios do Humanismo, os irmãos Sozzini traduziram o evangélico «no princípio era o verbo» por «agora começa a história». Depois, tiveram que fugir precipitadamente porque a Inquisição os perseguiu até Praga, onde conheceram os Irmãos Moravos, e daí até Amesterdão onde entraram em contacto com as seitas judaicas. É a coragem de libertarem o *incipit* da palavra sagrada abofada pelas glosas, que gostaria de utilizar, como pretexto narrativo, e tomo a decisão de narrar por uma razão que me pareceu fundamental.

Desde os inícios canónicos da nossa cultura, isto é, desde a *Poética* de Aristóteles, que se tem definido a narrativa como uma construção de intrigas, ou seja, como a capacidade de implicar e desimplicar acções e paixões. A narrativa não é, deste modo, um jogo qualquer de linguagem: é o jogo que tem a capacidade de transformar os outros jogos de linguagem. Cometemos, com a língua, o erro de a estudar a partir dos seus elementos mínimos: fonemas, sílabas, palavras, frases, parágrafos, actos, gestos, conversações, géneros. Deveríamos começar, gestáltica

e fenomenologicamente, pela totalidade da sua compreensão, para a articular e desarticular. A unidade – tão complexa como queiramos – é a narrativa. As hipóteses que poderemos colocar para a desarticular nas suas unidades constitutivas têm sempre que restituir algo mais ao conhecimento. Não se chegará à narrativa multiplicando as palavras. Teremos, pelo contrário, novos efeitos especiais de sentido através da sua análise. Narrar, bem entendido, não corresponde ao género narrativo: narrar é transformar em signos acções e paixões. Se assim for, poder-se-á compreender porque é que Ricœur insiste tanto na ideia de que devemos basear-nos na narrativa para não separarmos a compreensão da explicação, isto é, deveremos manter o contacto entre a explicação – a metalinguagem construída – e a compreensão². A continuidade com o mundo da vida é o problema das ciências do homem, a pré-condição de inteligibilidade de toda a actividade significativa.

As narrativas são o lugar «utópico» onde, de algum modo, os conceitos contidos no texto se desenvolvem. Para pensarmos teoricamente, é necessário desligarmo-nos da narrativa e reconfigurá-la numa teoria. Esta é a hipótese de muita da linguística moderna que já não se define como uma linguística dos fonemas, dos morfemas e das frases, mas como uma linguística do discurso. Se é certo que a narrativa não é apenas um jogo qualquer de linguagem, mas um jogo de linguagem que efectua uma tradução, seja entre diversas linguagens ou diversos jogos de linguagem, partirei desta afirmação para alterar dois tropos congelados: a metáfora da língua como contentor, e a da língua como canal. Para a primeira, a linguagem estaria como que encerrada dentro de uma caixa da qual saíam palavras e conceitos, e poderia ser explicada, sinteticamente, imaginando o cérebro juntamente com as ideias que dele fazem parte, como um osso. A segunda imagem, a do canal ou transmissão, poderíamos percebê-la pensando na linguagem como um fenómeno comunicativo, com um código e um ruído. Contra estas metáforas, gostaria de apresentar uma narrativa: Babel, a torre e a cidade. Mas, em primeiro lugar, queria sublinhar que este procedimento não é assim tão evidente. Sobre a origem da linguagem existem actualmente muitas paleoficcções e, a este propósito, gostaria de citar algumas pesquisas científicas contemporâneas³.

Em 1888, a Sociedade Linguística de Paris inscreveu, no seu próprio estatuto, a proibição de se interessar pelas origens da linguagem; tal proibição foi levantada por volta de 1975. Curiosamente, a Linguística actual volta a interessar-se profundamente pelo problema, tanto mais que foi fundada uma associação de cientistas e linguistas a fim de estudarem a origem da linguagem. Esta associação, que se interroga sobre as origens da mesma, inclui etólogos que analisam a linguagem dos símios, paleontólogos que estudaram a evolução da laringe na formação da linguagem humana, paleo-antropólogos que se interessaram pela constituição do seu

simbolismo, neurólogos – e como é óbvio, linguistas. A *Language Origins Society* foi fundada em 1985. O estudo proibido acerca da origem da linguagem, após um longo lapso – de quase cem anos –, está de novo na ordem do dia. Sabemos que qualquer esquecimento, voluntário ou não, serve para fundar algum ritual. Voltando-se, depois de Saussure, para o estudo interno das relações, a Linguística vendeu a sua primogenitura por um prato de lentilhas. Hoje em dia, a Linguística voltou a interrogar-se, tal como muitos estranhos especialistas. Apresentarei algumas amostras.

Em 1930, Bühler concluía que a hipótese «Wow Wow», ou seja, uma certa reprodução dos sons do mundo, era insuficiente para explicar as origens da linguagem, mas convidava a que se seguisse em frente e que se sugerissem outras hipóteses⁴.

Escolhi algumas que passo a citar.

O livro de Wind, *Studies in Language Origins*⁵, que tem autoridade sobre este assunto, cita as seguintes hipóteses:

- a teoria do *Bau-Bau*: imitação onomatopeica dos gritos animais;
- a teoria do *Din-Don*: reprodução dos sons do mundo circundante;
- a teoria do *Oooh-Ha*: acompanhamento coordenado e talvez ritual do esforço colectivo; puxar uma corda, empurrar uma pedra;
- a teoria dos *Puu-Puu*: grunhidos interjectivos ou interjeições emotivas;
- a teoria do *La-La*: sons desenvolvidos através do jogo;
- a teoria dos *Gestos Oraís*: por exemplo, a maneira de apontar os lábios na direcção de alguém ou de qualquer coisa.

São estas as onomatopeias principais⁶ que, aparentemente, fundamentaram a ideia de que os homens, de certo modo, imitassem os animais, os ruídos e as suas próprias actividades.

Onomatopeias, precisamente: se nos aproximarmos das pesquisas actuais (uma hipótese sobre o aparecimento da linguagem humana dentro do mundo animal), a descontinuidade radical que reorganiza a grande riqueza animal, encontra-se nos estudos sobre os peixes: foi a partir da sua respiração que se formou o modelo da laringe. Das aves aos peixes, e não no que diz respeito aos símios, pois estes não têm laringe: o homem seria um símio com uma laringe transplantada.

Da leitura destes estudos nasce uma série de novas narrativas que se assemelham às antigas. Um dos textos, para nos darmos conta do modo com a laringe apareceu (fala-se de há trezentos mil anos; por outro lado, isso não significa que a necessária laringe seja suficiente para que possamos falar) apresenta uma hipótese aquática, a «*Aquatic Ape Language*»: os homens, descidos das árvores,

não começaram a andar na terra, mas a mexerem-se na água, nas lagoas. Aí aprenderam a respirar como peixes até ao desenvolvimento da laringe que teria tido um desenvolvimento ulterior provocado pela simples prática da fala. Assim, será a linguagem que irá desenvolver a laringe e não o contrário. Estranha história que refere o que, de acordo com algumas culturas primitivas se imagina como sendo o nascimento da linguagem⁷. Para a cultura Dogon, por exemplo, a *inventio* da linguagem é obra de um certo Nomo (o homem da Arca) que a teceu (a metáfora da linguagem é o texto desta cultura) na água, até que o tambor retomasse o ruído do acto de tessitura a fim de o transmitir aos homens como linguagem articulada. Deste modo, quanto tentamos repensar a origem da linguagem, num âmbito científico novo, juntamente com a Paleontologia, a Neurologia e a Linguística, reencontramos antigas lendas⁸. Nunca a ciência esteve tão perto da relação de reversibilidade entre fantasma e teoria; a ciência, vencida Minerva, é engolida, com todas as suas armas, pelos mitos da origem.

Não tenho a intenção de sepultar aqui estas pesquisas, mas antes de as louvar. Basta saber que estamos no limite do nosso conhecimento, em que argumentação e ficção, parábola e inferência trocam de papéis – e é esta a razão pela qual passarei à lenda da Arca, que será precedida por outro exemplo muito simples.

Actualmente, considerando as quatro ou cinco mil línguas do mundo, os linguistas não têm uma lista rigorosa dos universais da linguagem, e as tipologias das línguas são realizadas através de critérios árduos e extremamente duvidosos: operações sintácticas, morfologias lexicais, homofonias, etc. É difícil classificar as línguas geneticamente e, acerca deste assunto, Joseph Greenberg, o mais prestigiado estudioso dos universais linguísticos, reconstituiu o que ele designa como «*the language in the Americas*»⁹.

Segundo parece, nas Américas a linguagem chegou bastante tarde, talvez há onze mil anos, e em três vagas, segundo Greenberg, o que nos deu disso uma rigorosa caracterização. Porém, no seu livro, existe uma sugestão que a actual conjuntura político-económica torna cativante: o japonês estaria ligado geneticamente às línguas índias. Assim, visto que o japonês está na moda (até por estar em primeiro plano relativamente aos programas de simulação das linguagens naturais) gostaria, para sublinhar a dificuldade da situação, de resumir quais são as teses actuais nas designadas ciências linguísticas acerca da semelhança genética – para provar em que estado se encontram presentemente – por exemplo, do japonês.

Para uns, o japonês faz parte das línguas euro-asiáticas; para outros das línguas austronésias; segundo outros ainda, faz parte de um grupo juntamente com as línguas altaico-coreanas. Por outro lado, há quem afirme que o japonês faz parte de um grupo coreano-chinês-aino. Uma outra hipótese é que o japonês pertença a um grupo de línguas tibetanas e birmânicas; outra diz que deriva de uma língua

dravídica (isto é, semelhante ao tamíl). Finalmente, os japoneses afirmam que o japonês caiu do céu juntamente com todos os japoneses. Não é fácil reconstituir a origem da linguagem porque sabemos pouco sobre o seu funcionamento. Respeito o caminho seguido por René Thom, que pretende ligar as formas da sintaxe à organização de um número limitado de catástrofes elementares e caracteriza a linguagem através da esfoliação de algumas grandes pregnâncias de tipo biológico. (Isto choca-se, no entanto, com o problema da negação e das modalidades).

Creio, no entanto, que não existem dados suficientes capazes de sufragarem algumas destas narrativas. Proponho então que mudemos a nossa tática: reflectir não sobre a origem da linguagem, não sobre as razões que possam levar o homem a ter uma linguagem, mas sobre a origem das línguas, ou seja, sobre as razões pelas quais existem diversas línguas.

Por que razão não falamos todos uma mesma língua? E queria pôr a pergunta obviamente com critérios que, considerando o estado da pesquisa e do conhecimento, e seguindo Vico, definiria como divinatórios. Os homens começam a ouvir os trovões e tentam perceber o que lhes diz Zeus, mas, para o compreenderem, têm que montar um dispositivo divinatório. A ideia de Vico é que a origem da linguagem, acto extensivo da adivinhação, é já um acto relacionado com o conhecimento do futuro. Irei pôr em prática a Torre de Babel.

Há uma razão (ou uma paixão) que me levam a fazê-lo, e trata-se também de um exemplo de argumentação figurativa. Numa época de domínio cientificizante, o interesse epistemológico pelos sistemas de tipo inferencial e silogístico, faz-nos esquecer que pensamos também através de imagens e de parábolas. Mas uma parábola pensa, uma parábola é uma estrutura para pensarmos figurativamente e as metáforas modos sagazes de raciocínio. Então, tal como fez um famoso historiador, Oakeshott, que escreveu um livro de reflexão sobre a história a partir do mito de Babel, servir-me-ei desta metáfora¹⁰, esperando, e não será demais sublinhá-lo, mudar a metáfora com esta metáfora, ou seja, usar o mito da origem das línguas para seleccionar algumas passagens que nos permitam não considerar a linguagem nem como dádiva, nem como canal, nem como contentor. A palavra «palavra» tem origem na «parábola».

Existe um bom uso das metáforas e do seu desenvolvimento narrativo: as parábolas. E há que usá-las como amostras. Uma amostra exhibe apenas algumas das propriedades do objecto. Por isso, da insistente história de Babel seleccionarei e extrairéi alguns excertos no conjunto aberto das variantes que a constituem e dispersam. Todas as histórias, tal como todas as imagens, são incompletas, convidando-nos, por esse modo, a completá-las. Por outro lado, a própria linguagem apenas se encontra directa e completa na escrita lógica. A língua é, por definição, indirecta e incompleta. Cabe-nos tentar completá-la. Fá-lo-ei à minha maneira.

Uma característica, que tem sido silenciada, refere-se à interpretação da metáfora da Torre de Babel, não apenas em função do nascimento das linguagens, das diferenças na fala, mas do próprio nascimento das arquitecturas. Isto é, quando os homens fundem o rio da língua única nos riachos das diversas linguagens, fundem, ao mesmo tempo, outros tantos modos de construir. Ainda que tal seja uma característica importante não a tomarei em consideração. Interessa-me antes a tradução ambivalente (falsa?), que foi proposta: Babel cidade da liberdade, Babel cidade da confusão.

Na tradição ocidental, por exemplo em Santo Agostinho, Babel é Babilónia, o local onde os homens pretenderam tornar-se livres (livres de Deus ou, pelo menos, do deus único), um local que se acaba por tornar confuso devido à cacofonia dos idiomas.

Já sabemos que os construtores de Babel falam todas a mesma língua, aquela língua adâmica que se conservou juntamente com as outras espécies no momento da catástrofe. Um descendente dos sobreviventes do dilúvio, Nemrod, o homem que comanda a construção de Babel, é um «camita»¹¹, isto é, um negro, que é mestre-de-obras de uma torre (e de uma cidade) onde todos os homens ficarão reunidos: para que recebam – como ele diz – um nome, e não se dispersem pela Terra.

Do emaranhado das variantes, judaicas e islâmicas, que não se reduzem à versão do Génesis, emerge o traçado de uma história singular. Esta conta-nos a intervenção de Deus, talvez solicitada por Abraão, e o modo como a dispersão das línguas foi paralela à dos homens por toda a Terra. Os homens eram a cidade, a torre e a língua adâmica, ou seja, a língua única antediluviana.

A história bíblica admite alguns detalhes que valeria a pena incluir¹². Babel é um episódio da luta contra o arco-íris. Deus tinha-se reservado o direito de intervir na própria criação através do dilúvio. Se os homens pecam, morrem – à excepção de alguém. E o arco-íris é o signo que Deus dá à comunidade sobrevivente para que esta renove o pacto. Um penhor e um signo: não intervirei, permanecerei fiel à minha criação. É isto que nos diferencia da cultura islâmica, o facto de para nós não existir uma criação contínua. Se, para o Islão, Deus pode criar a cada momento, tal não se aplica ao Deus judaico e cristão, empenhado em manter a criação com o signo do arco-íris. É uma promessa: não haverá mais dilúvios.

Mas Nemrod não confia no arco-íris, quer construir uma torre que chegue ao Céu, não para o invadir, pois não tem saudades do Éden. Quer somente recuperar o paraíso perdido, quer estar na terra e subir ao Céu, porque aí se encontra estendido um grande tecido que recebe as águas celestes. Os habitantes de Babel tentam, tijolo a tijolo, subir ao Céu, rasgarem com os machados os panos, a fim de fazerem com que a água caia sobre a terra, e, assim, impedirem um possível

novo dilúvio. Extraordinária coragem a de ir procurar o conhecimento onde se encontra o poder de destruição do próprio conhecimento. Nemrod é Ulisses, um Ulisses recto, e creio que Dante o compreendeu na sua história. Este herói aquático, Ulisses ou Nemrod, não tem *hybris*. Com ele não se trata de sucesso mas de coragem. Coragem de retirar a Deus onnipotente a possibilidade de faltar à sua palavra e de nos destruir novamente com o dilúvio.

Há uma versão «negra» de Babel. Os homens perderam a unidade orgânica, fragmentaram a única palavra suprema. Mas o que provaram pela primeira vez os homens na diferença babélica? A multiplicidade das linguagens. Ou seja, provaram pela primeira vez a linguagem, devido ao facto da linguagem só ter sentido na diferença das linguagens. Na linguagem adâmica, onde cada palavra, cada forma sintáctica, declarava um mundo tal como era – velho mito e velha utopia – não havia lugar para a metalinguagem: nem para a construída pela ciência, nem para a que era intrínseca à poesia. A linguagem afirma a presença imediata do mundo. É o sonho ou a alucinação de uma lógica em que cada conceito seria directamente expresso por uma palavra, e cada relação por um nexo sintáctico.

Os habitantes de Babel que sobrevivem – Nemrod morrerá durante a sua empresa com outros que imagino persuadidos por uma «pequena oração» – irão experimentar a disseminação das línguas, das suas diferenças, que se assemelham. Multiplicidade que pode ser vivida sem desespero, como uma dificuldade feliz. É o caso de Dante. Este encontra Nemrod no «Inferno» e Nemrod exprime-se num belíssimo verso¹³:

Raphèl mai amèche zabi almi.

Insensato, talvez, mas exacto em rima e prosódia. Virgílio, o duque latino, dirá a Dante: «*Lascia stare Nembrotte perchè parla una lingua che conosce lui solo*» [Deixa em paz Nemrod porque fala uma língua que só ele conhece]. E convida Nemrod a tocar o corno e a não tentar fazer-se compreender através de um som articulado¹⁴.

Dante é como Nemrod. Dante sabe que no eclipse do «velho sol» do latim se poderá encontrar a nova língua italiana. Só saboreando as diferenças dos dialectos, brincando com o prazer da poética, se fará despontar o «novo sol» da futura língua vulgar. É necessário dar um nome à língua. Babel, então, já não é a cidade da unidade perdida¹⁵. É aquele lugar feliz, confuso, que permitiu a tradução entre todas as outras línguas. Derrida, no seu livro *Les Tours de Babel* observa, com perspicácia, que a última palavra compreendida pelos homens, todos juntos, é, justamente, «Babel», «confusão». Deus confundiu as comunidades

e a partir do momento que disse «Babel», cada palavra seguinte se tornou incompreensível. Deus privou-se do direito de se fazer compreender por todos, com esta última palavra «Babel». «Confusão» é a última palavra comum¹⁶.

A próxima será talvez «o dia do juízo». A simetria de Babel não é a do Pentecostes católico, mas o dia do juízo, quando todos os homens estiverem diante de um só Deus que os irá julgar em nome de uma só língua e de um único princípio. Nesse grande intervalo só nos resta traduzir. Traduzimos linguagens que são, em certa medida, incomensuráveis e, no entanto, calculáveis. As irredutíveis línguas pós-babélicas têm um princípio – quase transcendente – de traduzibilidade, o efeito especial de Babel é que, a partir da sua existência, estamos votados à tradução. Vivemos num estado constante de tradução de textos, de transmutação de signos, numa condição instável e reversível, em constante recuperação. Existe uma maneira que considero menos importante de nos interrogarmos sobre esta condição: em termos de «restituição», como restituir o sentido? Não teríamos então outra solução senão a de nos rendermos à impossibilidade: a tradução é uma condição insuficiente, mas nunca uma saída. Mas por quê não confessar, em vez disso, que, visto as línguas não serem sistemas fechados, cada tradução enriquece a língua de partida, do mesmo modo que enriquece a língua de chegada?

Precisamos do outro, do irredutível, para podermos transformar a nossa língua, tal como a do outro. O sentido chega-nos a partir do outro.

A tradução responde ao quesito da relatividade que nos é colocada através dos jogos de linguagem. Após Wittgenstein, é habitual pensar-se que já não é possível estabelecer uma epistemologia geral dos discursos e que jogamos diversos jogos, em certa medida incomensuráveis: os discursos da ciência, da arte, da política não seriam comparáveis uns com os outros.

Esta hipótese, se por um lado afirma a relatividade e a intradutibilidade de cada sistema, por outro, põe-se a si mesma em causa. Porque, se é verdade que tudo é relativo, essa mesma afirmação é também relativa. Traduzir é a única maneira de responder, através do movimento, à problemática imóvel dos jogos de linguagem.

É a fórmula de Deleuze: Não podemos não nos considerarmos intercessores. Traduzindo intercedemos, entre diversos jogos de linguagem, sem que estes deixem de ser incomensuráveis. Qualquer pessoa, que conheça um pouco de matemática, sabe que é possível que duas grandezas (por exemplo, os lados e a altura de um triângulo equilátero) sejam absolutamente incomensuráveis, mas perfeitamente calculáveis.

A tradução pós-babélica obriga-nos a calcular um incomensurável¹⁷ que se deve manter no próprio momento da medição. Sendo assim, então, as línguas, sistemas abertos, ao viverem num estado de tradução, modificam constantemente

a sua estrutura entreaberta, e é traduzindo-se noutras línguas que se completam. Não no sentido da totalidade, mas de um modo omnicomprensivo. Em latim, a oposição entre *omnis* e *totus* é muito radical: *totus* é uma totalidade fechada, *omnis* é, pelo contrário, uma totalidade aberta. E o adjetivo *omnis* é uma descrição do aspecto imperfeito de um movimento. Se assim for, então, que poderemos opor à hipótese da linguagem modelada a partir dos sistemas das línguas lógicas? Qual poderá ser agora, sob o signo de Babel, um uso das linguagens que nos dê alguma sugestão para seguir o gesto do *grand-nègre*? A resposta é: *le petit-nègre*. Isto é, as línguas francas.

Mas o que são as línguas francas? São o *pidgin*. O modo como se falam as línguas com os estrangeiros e os turistas, com as crianças e os animais, com os outros, com aqueles acerca dos quais emitimos juízos de «xenidade»¹⁸. São as línguas reduzidas, pidginizadas, que estão sempre a expandir-se.

Hoje em dia, milhões de homens falam línguas pidginizadas, com um espectro que se estende de empobrecimentos enraizados até enriquecimentos extremamente complexos. A diferença entre o *pidgin* e o crioulo é a seguinte: enquanto o *pidgin* reduz a complexidade linguística, o crioulo é o novo idioma que emerge a partir desta simplificação. É certo que, quando pensamos na origem da linguagem, pensamos sempre nas nossas antigas línguas, esquecendo-nos de que as línguas têm origem, constantemente, na mistura – contrato e conflito. As línguas morrem de maneira catastrófica: «Os linguistas calculam que metade das seis mil línguas existentes morrerão no próximo século»¹⁹. Mas há outras a nascer neste preciso momento, sob os nossos olhos, nos países do terceiro mundo e no quarto mundo das periferias das grandes metrópoles. Afastar a origem para um local onde não existe memória, será esquecer que a origem é tão incessante quanto próxima. Mas por que razão se interessa o linguista pelos *pidgins* e pelas línguas francas, essas línguas banais e comerciais²⁰? Porque além da competência de criar frases bem estruturadas, há também a competência linguística de progredir e regredir. Porém, os *pidgins* não regredem por acaso. Existem, na actual linguística das línguas francas, convergências surpreendentes: os homens, quando se servem da linguagem, para usos comunicativos reduzidos, adoptam estratégias coerentes de regressão, tais como a supressão das cópulas, a omissão das flexões, das conjugações, das declinações, etc... Opera-se uma ciência de desgramaticalização, sem que se perca, todavia, a capacidade semiótica.

Na Babel das grandes metrópoles contemporâneas, se a gramática sucumbir, os homens, apesar disso, continuarão a perceber-se uns aos outros.

Assim, para o linguista, torna-se interessante estudar não só a aquisição infantil da sintaxe, mas o modo como se desgramaticaliza e regramaticaliza a dos adultos. Os *pidgins*, de facto, são línguas de adultos que têm a competência de

regredir, para enriquecer, em seguida e uma vez mais, as próprias estruturas morfo-sintáticas. A pesquisa sobre os *pidgins* deu lugar a verdadeiros *bioprogramas*. Bickerton, por exemplo, procura actualmente construir algumas hipóteses de universais linguísticos, a partir da evidência natural exibida pelas línguas reduzidas. Estas revelariam, em marcha-atrás, o bioprograma de uma aquisição geralmente antropológica.

Em suma, as características destas línguas são tais, que mudam os traços linguísticos hereditários sobre os quais a Linguística costuma reflectir²¹. Por isso, a linguagem seria: 1) uma totalidade unitária recortada de um modo exacto e sem matizes; 2) relativa a um lugar: Europa, África, Japão; 3) dependeria de um código unificado comum; e 4) de uma comunidade integrada de falantes. Pois bem, os *pidgins* e as línguas crioulas oferecem resistência a estas regras.

Em primeiro lugar, as linguagens crioulas são línguas que traduzem sempre uma outra língua, mas *sub judice* de uma terceira. Por exemplo, no contacto entre o chinês e o malaio, o êxito crioulo derivou do papel mediador do inglês. A relação entre as línguas é triangular (e assim talvez cada desejo). Em segundo lugar, as línguas pidginizadas não asseguram uma comunicação total; são, antes, línguas que servem para uma comunicação específica, que protegem o sujeito da comunicação. Quem fala uma língua *pidgin* não quer misturar-se com o outro, quer usá-la o minimamente necessário para que algo aconteça com essa outra pessoa, mas, ao mesmo tempo, para mantê-la a uma boa distância. Estes códigos de comunicação não formam novas comunidades. São «línguas-gueto» na acessão de uma protecção exclusiva e interna; se é que pode haver comunicação se recusarmos a comunicação com o outro. Por outro lado, quem fala as línguas *pidgin* não pensa que está a falar uma língua diferente, mas que se está a exprimir na língua do outro e, reciprocamente, numa espécie de espelho invertido.

Na maior parte das línguas *pidgin* o código é indecifrável: as rápidas mudanças dos intervenientes, a limitação das situações de uso, a recíproca importância dos contextos de co-presença (trocas, trabalho comum, etc...) fazem com que, não obstante a sua execução errónea, uma frase possa ser compreendida, ou melhor captada pelo receptor. O interlocutor *pidgin* percebe a mensagem, mesmo sem partilhar um mínimo código comum, com uma espécie de coordenação miope e pontual dos actos de comunicação. Não se trata, como se chegou a pensar, de uma criatividade fruto do «ruído» que se sobrepunha ao código: nesta óptica, o conceito de ruído continua dependente da noção de código, embora tente superá-lo. No caso que estamos a analisar, encontramos-nos, não diante de códigos criativamente superados, mas perante línguas que emergem de maneira acêntrica a partir das regras, e que reorganizam códigos presumíveis, mas não (completamente) partilhados.

Ainda, empobrecendo-se na direcção de uma comunicação funcional (comércio de bens, troca de serviços, etc...), estas línguas vão-se progressivamente crioualizando, isto é, voltam a configurar uma outra sintaxe, e rearticulam uma camada de sentido e de cultura. Os processos de crioualização e a pidginização mostram-nos, não *in vitro*, no laboratório, mas nas ruas e nos mercados, em primeiro lugar um empobrecimento *context sensitive*, sensível ao contexto, mas *culture free*, culturalmente livre, e, em segundo lugar, um enriquecimento cultural que re-influencia a língua e a recria.

A pidginização pratica, inicialmente, a economia da sintaxe (na morfologia, nas estruturas pronominais, demonstrativas, etc...); posteriormente, são inventadas outras formas segundo critérios pelos quais os aspectos culturais são determinantes e determinados.

E a comunidade? Os homens que falam estas línguas, quem são? Não, de certo, as comunidades «nacionais». São reagrupamentos provisórios que se autodefinem através de uma definição normativa dos seus falares. Aqui o *pidgin* transforma-se em crioulo: a crioualização é uma operação de renominação recíproca através da qual os sujeitos criam a língua que os cria e geram o idioma que os produz como comunidade. Deste modo, no projecto pós-babélico os homens obtêm um nome.

Grande parte das hipóteses linguísticas correntes estão ligadas a uma imagem muito específica da linguagem. Uma morfologia quase natural que, segundo alguns cognitivistas contemporâneos, estaria contida numa caixa craniana. As línguas francas, pelo contrário, mostram que é a dimensão social e antropológica o factor decisivo na sua formação. Pensemos na ideia chomskiana de uma competência inata, uma faculdade universal da qual as línguas seriam a concretização, e comparemos essa teoria com tudo o que temos vindo a explicar acerca das línguas crioulas. Tentou criar-se uma tipologia destas línguas. Para alguns, estas descendem do português de 1500, ou do inglês de 1700 (como o *tok pisin* da Nova Guiné). Isto nem sequer é falso. Pelo contrário, é o efeito de superimposição de um método que exige o conhecimento prévio de uma língua única, da qual as outras derivam. Trata-se de um método genético que pressupõe, justamente, os problemas que o *pidgin* faz entrar em crise. Não é impossível decidir quais sejam as línguas em jogo na formação dos *pidgins*, mas, dado o estado actual do conhecimento, deveremos proteger-nos das superstições da primeira língua, da genealogia da *Urprasche*.

Permitam-me sublinhar que a imagem das línguas, como códigos abertos e imperfeitos, acaba por sair reforçada. A língua é um código em formação, ou melhor, um código em metamorfose. Um sistema aberto às máximas, mais do que às regras, e em tradução constante. As boas metáforas, pela sua inteligibilidade,

são as biológicas (não as físicas), as químicas: a língua é um compósito. As boas metáforas não são as automáticas: a língua não é um aglomerado.

As línguas reduzidas parecem oferecer uma mísera imagem, ou melhor, uma imagem de miséria. Não acredito. O que se deve repensar é a relação entre empobrecimento e simplificação. Desgramaticalizar a língua não é necessariamente empobrecê-la. Outros parâmetros verbais (entoação, ordem das palavras, reduplicação, etc...) e não outros (gestos, mímica, etc...) entram em jogo para se tornarem o «testemunho» gramatical.

Por outro lado, quando o *pidgin* se crioula, passa por um estágio de «remotivação». Sabe-se que os locutores re-etimologizam constantemente o seu idioma. A língua evolui mesmo através de um conflito sistemático contra a sua arbitrariedade. O acto de falar é explicado e posto em evidência através das etimologias (populares). A linguagem descobre «poeticamente» semelhanças internas de forma e de conteúdo, inventa étimos, isto é, verdades etimologicamente verosímeis.

As línguas, em fase de aparecimento, exemplificam uma evolução poética, à maneira de Vico. A etimologia, recordava-nos Jacobson, não está atrás de nós, na origem da linguagem, mas à nossa frente. A função poética é um dos factores de crescimento linguístico: joga com as raízes do idioma – verdadeiras fichas passadas de mão em mão, descobrindo não verdades originárias, mas construindo verdades originais no futuro²².

Experimentei hoje, sem premeditações, essa etimologia futura. Reflectindo sobre a «Babel felix» aponteí numa folha um *mot-valise*²³: «Babelix». Matta, sentado a meu lado, acrescentou: «Babelux»... «ex Babele lux»²⁴. É esta capacidade de remotivar o arbitrário que nós semiólogos designamos de semi-simbólica. As línguas remotivam as suas irredutíveis disparidades com vista a uma futura e inatingível unidade. A cidade de Babel está atrás de nós, e a Torre à nossa frente.

Aqui, é provável que a poesia e a ciência se encontrem. Nos jogos de linguagem científicos já não se trata de adequar as palavras às coisas, uma palavra actual a uma realidade já determinada, ainda que o texto científico seja reflexivo. Este aponta, assintoticamente²⁵ para uma realidade futura, sem que jamais a consiga alcançar. O real está diante da linguagem, não na sua origem.

Produzimos, de novo, as línguas francas. Parece-me que elas operam retrocedendo, como se para darem um salto maior. No *pidgin*, há uma regressão, como vimos, seguida de uma recuperação crioula. Como se fosse necessário passar por um momento de infância, voltar a um balbuciar («bárbaro» é «aquele que balbucia») antes de recomeçar com a motivação poética. Para René Thom, o matemático balbucia («*babil*») diante da complexidade da natureza (Babel)²⁶. Pode assim reacerder as fontes tímicas, eufóricas, da linguagem, reencontrar um *pathos* elementar para recriar o idioma²⁷.

Saber regredir no *pidgin* é a condição de um sucessivo alargamento da virtualidade da língua. Disso deriva uma proposição geral: não existe uma língua normal em cujo desvio se situaria a linguagem poética. É o funcionamento poético que revela a totalidade omnicomprensiva da linguagem, cujo desvio reduzido é a língua normal.

Aristóteles dizia que não havia narrativa mais breve do que aquela de que se anunciava o fim.

A minha ficção está quase a acabar. Gostaria de lembrar o meu *incipit*: «no princípio era o verbo». Afinal, apenas citei exemplos de criação incessante, regressiva e protensiva!

Vem-me à ideia estabelecer uma tipologia das culturas a partir das suas imagens de início e de fim. As que marcam o seu início e não pensam no seu fim: aquelas que marcam os seus resultados descurando os princípios; aquelas que repensam, simultaneamente, o nascimento e a morte e as esquecidas que pensam nunca ter tido início nem fim (Será que poderemos pensar assim nas nossas vidas?).

O tema deste ensaio pode encontrar motivações e respostas no dito irónico de Kafka: «No dia do juízo, todos estarão lá, mas o juiz chegará no dia seguinte.», ou então, no dito de Benjamin: «o início é um remoinho arrastado pela corrente».

A origem é uma turbulência no fluxo do devir, o fim nunca pára de acabar (Heráclito está errado, num, remoinho podemos molhar-nos na mesma água).

É certo que até as línguas morrem, mas não continuamos nós a utilizar sílabas de línguas mortas nas nossas palavras vivas? Não continuamos a traduzir de novo e sempre?

A narração pode ficar suspensa. Não por razões estéticas, mas pragmáticas. A síncope da narrativa é um convite a retomá-la. Sobre a origem e o fim não se pode pronunciar nem a primeira nem a última palavra.

Notas

- 1 Extraído de Paolo Fabbri. *Elogio di Babele*, Roma, Meltemi, 2000, pp. 65-80. (N. dos Ts.).
- 2 Paul Ricœur [1983-1985]. *Tempo e raconto*, Milão, Jaca Book, 1986-1988, 3 vols.
- 3 M. E. Landsberg (org.). *The Genesis of Language: A Different Judgment of Evidence*, Haia, Mouton, 1987.
- 4 K. Bühler [1934]. *Teoria del linguaggio*, Roma, Armando, 1983.
- 5 Jan Wind et al. (orgs.). *Studies in Language Origin*, vol. 1, Amesterdão, Benjamins, 1989.
- 6 Decidimos manter as onomatopeias tal como estas surgem no texto de partida, visto serem perfeitamente inteligíveis em português. (N. dos Trs.).
- 7 G. Calame-Griaule [1966]. *Il mondo della parola. Etnologia e linguaggio dei Dogon*, Turim, Boringhieri, 1982.

- 8 C. Lévi-Strauss. *La vasaia gelosa*, Turim, Einaudi, 1987.
- 9 J. Greenberg. *Language in the Americas*, Stanford, Stanford University Press, 1987, se bem como as observações de J. Matisoff. «On Megalocomparison», em *Language* Nº 66 (1990) 1, pp. 106-120.
- 10 M. J. Oakshott [1933]. *La condotta umana*. Bolonha, Il Mulino, 1985.
- 11 Adjectivo que se refere aos descendentes de Cam, filho de Noé. (N. dos Trs.).
- 12 Omar Calabrese. «La torre del sapere». Em *La macchina della pittura*, Roma-Bari, Laterza, 1985.
- 13 Dante. «Inferno», XXXI 67. Contra Babel/Babilónia – pagã e disglóssica – longa é a tradição de desdém no monoteísmo da cultura judaica. Veja-se, por exemplo, a exactidão bíblica com que Primo Levi descreve o campo de concentração em *Se questo è un uomo* (Turim, Einaudi, 1981). «Buna é grande como uma cidade: aí trabalham, além dos dirigentes e dos técnicos alemães, quarenta mil estrangeiros e aí se falam quinze ou vinte línguas. [...] A Torre do Carbone, que surge no meio de Buna, e cuja topo é raramente visível no meio do nevoeiro, fomos nós que a construímos. Os seus tijolos foram chamados *Ziegel, briques, teglia, cegli, kamnenv, bricks, tèglak* e cimentou-os o ódio: o ódio e a discórdia, como a Torre de Babel, e assim, a chamámos nós; *Babelturm, Babelturm*; e odiámos nela o sonho demente de grandeza dos nossos patrões, o seu desprezo por Deus e pelos homens, por nós homens» (p. 67). No entanto, Primo Levi reconhece-o: «se os Lager tivessem durado mais tempo, uma nova e dura linguagem teria nascido.» Babel é, como veremos, o ponto de origem dos novos idiomas.
- 14 R. Dragonetti. «Dante face à Nemrod». Em *Critique (Le Mythe de la langue universelle)*, Nos. 387-388, 1979. Dragonetti – ver também o seu livro *Dante, pèlerin de la Sainte Face*, Gent, Romanica Gandensia, 1968 – compreendeu melhor do que ninguém esta homologia.
- 15 A cultura babilónica – onde o povo de Israel não estava de modo nenhum em cativeiro – é o lugar dos grandes tradutores das culturas mais antigas que a tinham precedido (e partir do qual Babilónia procurava os seus títulos de nobreza). (Ver G. Pettinato, *Babilonia centro del universo*, Milão, Rusconi, 1988). Parece razoável supor que a escrita cuneiforme mesopotâmica – que representa, ao mesmo tempo, conceitos e sílabas (isto é, unidades naturais do som, ou melhor, representações fonéticas) — se tenha formado em condições de contacto semiótico: A absorção do sumério – língua isoladora – ocorre na morfologia acádica (de tipo flexivo). (ver J. Bottéro [1987]. *Mesopotamia*, Turim, Einaudi, 1991).
- 16 J. Derrida. «Des Tours de Babel», em *Psyché*, Paris, Galilée, 1987.
- 17 P. K. Feyerabend [1987], «Putnam sull'incommensurabilità», em *Addio alla ragione*, Roma, Armando, 1991.
- 18 Com a expressão «xenità», o autor entende um interlocutor que nos parece diferente. (N. dos Trs.).
- 19 P. Ross. «Hard Words», em *Scientific American*, Abril de 1991.
- 20 P. Mühlhäusler. *Pidgin and Creole Linguistics*, Londres. B. Blackwell, 1986; D. Bickerton. *Roots of Language*. Ann Arbor, Karoma, 1981 e *Iden. Language & Species*, Chicago, Chicago University Press, 1990.
- 21 Aqueles que Nabokov nomeia «os majestosos cenáculos da moderna linguística científica [...] aquela ascética confraternidade dos fonemas [...] aquele templo em que aos jovens diligentes já não se ensina a própria língua, mas o método para ensinar aos outros o ensino do método: o qual método, como uma cascata que salta de pedra em pedra, acaba por já não ser um meio de navegação racional, mas pode, talvez, num futuro fabuloso, tornar-se essencial para a evolução dos dialectos esotéricos – o basco essencial, etc... — falados só por certas máquinas complexas. (Ver Nabokov [1957], *Pnin*, Milão, Longanesi, 1985, pp. 9-10.
- 22 R. Jakobson, E. Waugh [1979]. *La forma fonica della lingua*, Milão, Il Saggiatore, 1984.
- 23 Palavra que pode combinar em si várias palavras. (N. dos Trs.).

- ²⁴ Nabokov, grande intermediário linguístico, chama a estes jogos «*tralalitions*» traduzirei, com muito gosto, esta palavra por «trá-lá-lá-lições» (*mot-valise* de «traduções, translações e trá-lá-lá»). (Ver *Cose trasparenti*, Milão, Mondadori, 1975.).
- ²⁵ Advérbio de modo derivado de «assímtota» (grego: assúmtôtos): não coincidente, que não se pode reduzir. (N. dos Trs.).
- ²⁶ René Thom [1980], «Logos phoenix». Em *Modelli matematici della morfogenesi*, Turim, Einaudi, 1985, pp. 331-341.
- ²⁷ O caso talvez extremo é aquele dos reagrupamentos glossolálicos, por exemplo, os pentecostais. A língua é morfologicamente dissolvida (ou reduzida aos níveis silábicos e prosódicos) mas, a comunicação não pára; antes se aprofundam e reforçam as ligações e as emoções partilhadas pela comunidade.